O POLÍTICO E O RELIGIOSO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004 EM PORTO ALEGRE : OU A METÁFORA DO GRE-NAL

Mauro Meirelles¹

Aline Di Franco²

Resumo: O presente artigo têm como objetivo analisar as imbricações entre o campo político e religioso nas eleições de 2004 em Porto Alegre. Com esta finalidade, buscamos subsídios nos estudos de Cultura Política com vistas ao entendimento das construções identitárias dos candidatos que concorreram neste pleito. Outrossim, objetiva-se explorar a forma como essa relação entre o político e o religioso é percebida e construída, tanto entre os candidatos à vereança, como entre seus próprios eleitores.

Palavras-chave: democracia; eleições; secularização; religião; cultura política.

Keywords: democracy; elections; secularization; religion; political culture.

INTRODUÇÃO

Costuma-se dizer, em Porto Alegre, que todo o torcedor gremista é anti-colorado e que todo torcedor colorado é anti-gremista, isso antes mesmo de serem torcedores de seu próprio time. Ou seja, é prerrogativa necessária compartilhar a aversão para que se possa ocupar um espaço no campo de opções. É fato observável que a identidade ideológica, e mesmo o gosto do portoalegrense, passa, necessariamente, pela negação do oposto. Entretanto, é também perceptível que essa negação não chega, exatamente, a ser estagnante. Pelo contrário, é essa aversão que denota o que de mais político

¹ Sociólogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS (PPGEDU/UFRGS) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Religião (NER/UFRGS).

² Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

tem esta população: a capacidade de articular interesses semelhantes, com parceiros distintos e até concorrentes.

Assim, podemos ver as torcidas gremistas e coloradas apoiarem adversários distintos apenas porque vislumbram ver seu oposto vitorioso ou derrotado. Importante é notar que, embora necessária, essa aversão não é determinante de uma relação, ou mesmo de uma identidade ideológica; é um aspecto dela. Mas, então, o que acontece quando as coisas colocadas tão separadamente acabam tendo laços de interdependência, como quando, num campeonato, se espera que um time vença para que o outro se classifique?

E no campo religioso? Há também este tipo de afirmação pela negação? De certa forma, sim. Muitas religiões se afirmam pela negação de outra, fenômeno muito comum em algumas igrejas neopentecostais, relativamente ao seu tratamento com relação aos cultos africanistas. Mas, e quando o campo religioso e o campo ideológico se colocam frente à frente, como funcionaria esse mecanismo? Quando a religião e a política constituem pólos que se devem relacionar, o que se pode observar no comportamento desta população, sobretudo no que tange ao relacionamento dos seus representantes? Que estratégias podem ser elencadas como formas de articulação entre esses campos distintos que, ao longo da história, vêm buscando independência, mas que, a cada eleição, se mostram mais próximos? O que está posto diante de nossos políticos como desafio para agradar tanto a eleitores que valorizam a posição política quanto a eleitores que valorizam sua posição religiosa?

Pois bem. Nesta época de eleição, mais uma das dicotomias gaúchas se faz presente: ser PT ou anti-PT. Mas, diferentemente do observado nos últimos pleitos eleitorais em Porto Alegre, observa-se que nas eleições municipais de 2004, para as quais concorreram no primeiro turno 9 candidatos a prefeito e 440 candidatos a uma vaga na Câmara Municipal, houve um certo desalento em relação ao cenário político.

Como qualquer portoalegrense, lembro-me, de quando estávamos há uns 20 dias do primeiro turno das eleições. Era uma tarde de domingo e havia ido até a avenida Assis Brasil com meu pai, e no carro manifestava a ele meu estranhamento com relação ao processo eleitoral, pois, poucas eram as movimentações nas ruas de Porto Alegre, poucas eram as bandeiras de

partidos políticos que desafiavam o silêncio das ruas, e mesmo a propaganda impressa e uso de santinhos era muito pequeno por parte de todas as candidaturas, tanto para as eleições majoritárias quanto para as proporcionais, até aquele momento. Contudo, mostrava-se mais presente que em anos anteriores o uso de outdoors e banners em postes pelas ruas da cidade. Isto tudo mostrava-se diferente de tudo aquilo que, comumente, eu havia presenciado em eleições para prefeito e vereador em anos anteriores.

Observava-se também o uso da internet como uma mídia de divulgação de candidaturas e materiais publicitários dos candidatos em sites oficiais (.can.br) ou comerciais (.com.br), assim como sua presença em comunidades virtuais de sites de grande popularidade na internet, como o Orkut. Segundo informações do assessor de um vereador que concorria à reeleição, numa das reuniões em que se definiram estratégias de campanha a preocupação era tamanha com a divulgação via Internet que chegou-se mesmo a ensinar como enviar mensagens a todos os contatos dos provedores de uma única vez. Outra curiosidade é que quando pesquisadas em mecanismos de busca como o Google, suas páginas de campanhas (www.nomedocandidato.can.br) aparecem sempre entre as dez mais visitadas.³ Neste sentido, é de se questionar para onde estão sendo direcionadas as estratégias de campanha dos candidatos e quais os objetivos e públicos que estes buscam atingir.

Nas ruas, nos ônibus, nos bares, tradicionais espaços de discussão das propostas dos candidatos a situação era muito diferente e pouco se falava sobre as eleições frente a sua proximidade. O que houve com as discussões acaloradas, com as bandeiras e, principalmente com os santinhos, que sempre se constituíram em tradicionais personagens e agentes ativos da propaganda política dos candidatos e da divulgação de suas propostas?

³ Segundo relatos de uma estagiária do Setor de Multimeios da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no período eleitoral, os professores de escolas costumam solicitar pesquisas sobre os candidatos. Desta forma, o número de acessos aos sites dos mesmos têm elevadas taxas de acesso, aparecendo nos primeiros lugares nos rankings dos sites de busca – o que não acontece fora do período eleitoral.

O NOVO TEMPO DA POLÍTICA

Ao que parece, o tempo da política é resignificado, adquirindo novos contornos e sentidos, além de novas posturas por parte dos cidadãos. Símbolos e posturas que durante muito tempo sinalizaram, sacralizaram e caracterizaram o momento político, são deixados de lado. A acalorada cena política de Porto Alegre parece deixar-se em “banho maria”, reservando seus melhores alentos para um possível segundo turno.

Aquele sentimento tão comum entre os gaúchos de mostrar posições, de discutir, de fazer parte da história, parece ter ficado para trás no primeiro turno eleitoral da capital gaúcha. A jovem democracia da participação popular que irrompeu nos pampas gaúchos há 16 anos parece ter entrado em crise existencial e esteve à procura de novos referenciais, diferentes daqueles trazidos pela tradição de esquerda e pelo modo petista de governar.

Se as primeiras campanhas eleitorais depois da abertura do regime em 1989 representaram momentos de intensa discussão e defesa de posições políticas, de disputa de opiniões e posições entre partidos políticos, através do corpo-a-corpo entre candidatos em busca de votos, hoje isso parece não mais condizer com a realidade da capital gaúcha. Isso traz à tona, entre outras coisas, como diria Baquero (1999), um sentimento de descrença com relação à coisa pública por parte dos cidadãos, manifesto numa sensação de incerteza e temor em relação ao futuro. Disto decorre o fato de que a crença no “momento mágico do voto” como uma forma de resolução dos problemas e, também, como um momento liminar de envolvimento dos cidadãos com o político, começa a dar sinais de desgaste.

Mas o que levou ao desgaste desta idéia? Por que as pessoas não estão mobilizadas? Em termos de uma democracia, e no que se refere ao seu processo de consolidação, 16 anos significam um tempo muito curto para a consecução de tais propósitos. Há, também, a possibilidade de estar havendo um esvaziamento de sentido no campo político, manifesto em um sentimento de conformismo, de aceitação das coisas como elas estão postas. Ou, ainda, como sendo o resultado de um sentimento de derrota prévia de outras candidaturas frente à hegemonia do PT nestes últimos anos. Em

realidade, parece-nos que o eleitor portoalegrense comporta-se como aquele torcedor que, diante da possibilidade de um campeonato ter sido “comprado”, simplesmente deixa de lado seu time e se concentra em outros objetivos, ou espera por outras condições de disputa.

Ora, se a última assertiva fosse verdadeira – a da derrota prévia de outras candidaturas – não haveríamos de ver petistas nas ruas tremulando suas flâmulas? O esperado era isto, mas isso parece não estar acontecendo, assim como, da mesma forma, nenhuma candidatura ainda se declarou vitoriosa.

Contudo, há também a possibilidade de o eleitor portoalegrense, à moda de um espectador de futebol, estar acompanhando tudo de longe na expectativa de uma final com a presença de seu time. Desta forma, a eleição de vereadores poderia ser comparada ao início de um campeonato de várzea, onde a mobilização dos torcedores é menor e suas preferências são menos testadas, havendo pouca ou nenhuma chance de confronto com seu oposto, dado o número de participantes e onde os times que disputam não têm uma função real distintiva reconhecida. Por sua vez, as eleições majoritárias representariam as chances de um confronto real e palpável por uma vaga de função reconhecida, um símbolo de poder, manifesto, na tomada do poder por um partido político e sua ascensão ao Executivo Municipal.

O *FLANIÈRE* BAUDELAURIANO: ALGUMAS IMPRESSÕES SOBRE O CAMPO POLÍTICO

Se, como proposto por Baudelaire na figura do *flanière*, andássemos pelas ruas da cidade, com um bloco de notas na mão, observando o cotidiano urbano às vespéras das eleições municipais, o que veríamos? Quais os detalhes que marcam este momento eleitoral? O que as pessoas estão falando? Como as pessoas estão vivendo este momento político? São estas algumas questões que tentaremos responder ao longo deste texto.

Max Weber (1968), ao pensar a questão da política como vocação consagra um dos primeiros princípios para aquele que pretende ingressar na política, de modo que o homem político deveria, em princípio, estar livre de preocupações relativas a sua subsistência, o que permitiria a ele ocupar-

se exclusivamente da política, sem ter que consagrar sua capacidade de trabalho e pensamento as suas condições materiais de sobrevivência. Disto decorre que a escolha de representantes políticos estaria sobretudo vinculada a critérios meritocráticos de escolha de membros de um pequeno grupo de indivíduos que ocupam-se da política, que poderia denominar-se de um elite política local (Mills, 1981).

Com base neste argumento ao compararmos o ingresso de vereadores no período de 1992 à 2004 na Câmara Municipal de Porto Alegre temos que a taxa média de renovação dos representantes eleitos no Legislativo Municipal é de 56% nos últimos quatro pleitos eleitorais. Por outro lado, esta tem oscilado, de 54,5% de 1992-1996, reduzindo-se para 45,5% no período de 1996-2000 e, voltando a aumentar para 66,7% neste último pleito quando 24 dos 33 vereadores que exerciam mandato junto a CMPA foram reeleitos. Cabe salientar ainda que houve um aumento de três vagas, além do destaque alcançado por uma nova candidata no campo político, que em sua primeira tentativa de eleição se elegeu com 9.468 votos, sem nunca antes ter sido candidata ao Legislativo Municipal.

O que se observa com isto é que apesar de termos uma taxa de renovação do Legislativo de aproximadamente 50% nos últimos 4 pleitos, na verdade, metade ou mais de seus membros se mantém, configurando a existência de uma elite política, considerada pelos eleitores como tendo melhores condições para o exercício político. O que também se repetiu durante os últimos 16 anos nas eleições majoritárias, que reconduziram por quatro mandatos os candidatos do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Porto Alegre.

Se, no primeiro turno, a campanha dos candidatos às eleições majoritárias se mostraram bastante apáticas se comparadas aos anos anteriores, é somente no final deste turno que as campanhas começaram a esquentar, principalmente entre o candidato da Frente Popular, Raul Pont, e seu opositor José Fogaça. Nas ruas, jingles de campanhas são cantarolados por situacionistas e opositores, dentre estes, o que mais se destacou foi o de José Fogaça e o uso feito pelos situacionistas que lhe davam a conotação de uma candidatura dispersa que não tinha sustentação – a paródia da hora era substituir o nome do candidato por Fumaça. Por outro lado, dado o expos-

to anteriormente, e a recondução do PT ao poder nos últimos pleitos, o jingle da candidatura de Raul Pont e Maria do Rosário remetia as suas trajetórias políticas, denotando confiança e conhecimento de causa. Cantava-se “Raul e Maria: A gente conhece, a gente confia!”.

Outras candidaturas concorrentes se apresentaram, mas sua expressividade demonstrou-se pequena em relação à bipolaridade construída entre os dois candidatos referidos anteriormente, tradição que se constituiu ao longo das últimas eleições, tanto na capital gaúcha como no Estado do Rio Grande do Sul (Britto/Olivio; Rigotto/Tarso).

DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA

Baquero e Castro (1996) destacam que as teorias da democracia têm se constituído num dos pontos de estudo que mais ocuparam os cientistas políticos nas últimas décadas, não se encerrando simplesmente nas formas de governo constituídas, trazendo para dentro do campo político uma gama de conceitos até então pouco trabalhados, tais como o estado social, a ética e as formas de comportamento presentes na contemporaneidade.

Em verdade, o que podemos dizer com relação à idéia de democracia é que esta apresenta-se como um conceito que se constituiu ao longo dos últimos dois séculos e que, por isto, se mostra dotada de vários sentidos, interpretações e representações a ela atribuída. No intuito de explorar um pouco mais esta questão, Baquero e Castro sugerem que busquemos seu entendimento a partir de uma divisão analítica com base em duas perspectivas, uma que priorize seus aspectos formais e suas singularidades, e outra, que tenha seu foco na essência ou no conteúdo do que se entende por democracia.

Em relação à segunda abordagem entende-se, a priori, que os procedimentos democráticos, como a realização de eleições regulares são, em realidade, um meio e não um fim-em-si da própria democracia. Contudo, o que se observa na cultura política brasileira é que isso muitas vezes não é visto desta forma, surgindo concepções e interpretações que atribuem ao momento eleitoral um sentido sacralizado e redentor, sobretudo no momento mágico do voto. Assim sendo, a fome, a miséria, o desemprego,

seriam, por força do ato de votar, resolvidos e só voltariam à tona (ou ao cerne das discussões políticas) no próximo pleito.

Já os adeptos da interpretação da democracia em relação a sua forma, trazem consigo a idéia de que o conceito de democracia estaria basicamente limitado a duas regras, ou seja, aos seus procedimentos e ritos. É desta forma que estaria garantida a democracia.

Porém, para evitarmos a distorção que qualquer abordagem hermenêutica pode nos oferecer é preciso que tenhamos uma compreensão global do conceito de democracia e a forma como este é hoje entendido, sendo, portanto, necessário para análise, o estudo concomitante de seus aspectos formais e de conteúdo.

Tendo em vista essas considerações cabe destacar algumas observações sobre a simbologia e as estratégias utilizadas pelas duas principais candidaturas à Prefeitura de Porto Alegre. A primeira delas se refere à forma como foi desenvolvida a campanha de cada um dos candidatos. Se, tradicionalmente, era comum ao momento eleitoral a crítica a atitudes pessoais e ao uso da imagem dos candidatos como uma forma de construção discursiva, nestas eleições houve um certo amadurecimento com relação a isto, de modo que tanto no primeiro como no segundo turno, as campanhas se mostraram de alto nível, centrando-se, sobretudo, nas propostas políticas de cada candidato – evitando-se ao máximo os ataques pessoais, tão tradicionais em pleitos anteriores.

E aí pode estar um dos pontos principais do estranhamento gerado em grande parte dos eleitores e teóricos da democracia gaúcha, na medida em que, dada a tradição, não se esperava uma discussão de propostas ou idéias, mas sim o enfrentamento direto – o que, em verdade, pouco ocorreu. Lembremos, contudo, que no momento em que isso parecia tomar corpo, nas críticas de Eliseu Santos, vice de José Fogaça ao orçamento participativo, este foi colocado num certo obscurantismo midiático, tendo poucas aparições no final do primeiro turno, e praticamente, desaparecendo no segundo turno.

Uma segunda observação reside no fato de que, apesar da bipolaridade eminente entre duas candidaturas fortes, uma de direita e outra de esquerda, o que menos se observou foi enfrentamentos diretos, mas sim, uma busca constante da simpatia do eleitor *não ideologizado*. Isso, ao nosso ver, é

reflexo de experiências vividas em eleições anteriores onde posturas anti-políticas, ou de crítica ao oponente não se mostraram bem sucedidas. Isto posto, é claro ao bom observador que, no segundo turno, estávamos diante de dois tipos de eleitores: os tradicionais petistas e os anti-petistas.

Se, entre os primeiros, era comum observar-se os “partidários de carteirinha”, entre os segundos, além da militância tradicional, tínhamos no conjunto de seus membros uma considerável parcela de eleitores que, de uma, ou outra maneira, se mostravam descontentes com a atual administração, entre os quais, uma considerável parte dos servidores públicos, tradicional reduto do Partido dos Trabalhadores.

E, por último, na repercursão que representou para grande parte das pessoas as posturas adotadas pelo Governo Federal – de Luis Inácio Lula da Silva – frente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, assim como a adoção de políticas e posturas incoerentes com as propostas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores até então – o que gerou um grande número de descontentes, até mesmo dentro do próprio partido do Presidente. Isto, por sua vez, tornou-se evidente em uma ausência de participação da militância, que só seria revertida com a eminência do segundo turno e de uma possível derrota nas urnas. Temos então, diante de nós, o político, ou uma das faces da dupla racionalidade do porto alegreense: a forma normativa de organização, independente de noções religiosas, baseada fortemente na negação do outro.

Com isto, se entre os setores mais politizados a participação se mostrou baixa nas eleições majoritárias até o final do primeiro turno, como se deu a participação deste e de outros setores da sociedade civil nas eleições proporcionais, em especial, daqueles ligados ao campo religioso? Ou, de como se mostra o outro lado da personalidade destes torcedores/eleitores?

OS MEANDROS DO CAMPO RELIGIOSO: NOVOS CONTORNOS, NOVOS DESENHOS

Antes de qualquer digressão sobre o campo político e religioso é preciso que tenhamos em conta algumas particularidades do processo de secularização. A primeira delas se refere a um processo de diferenciação da

interpretação conceitual tradicional que condiciona o religioso ao domínio do público, quando, em verdade, tal processo está condicionado e interfere diretamente no domínio do privado. A segunda delas é aquela que traz em si as especificidades de um processo de racionalização que restringe o religioso cada vez mais ao domínio privado, e com isto, põe em derrocada interpretações que alocavam-na no domínio do público. E, por fim, a mundanização do religioso e o seu crescente diálogo com algumas áreas da ciência até então vistas como concorrentes – e, portanto, não passíveis do estabelecimento de agenciamentos intermediários entre seus atores – em especial a relação desta com o campo político.

Para Sanchis (2001), se aceitarmos essas particularidades presentes no campo político-religioso, deveremos então conceber o que hoje se entende por secularização como um processo em permanente construção, que possui dinâmicas bastantes diferenciadas em relação aos espaços sociais com os quais interage.

Se temos, por um lado, um certo agir desencantado do portoalegrense em relação ao político, não parece ocorrer o mesmo fenômeno em relação ao religioso, que cada vez mais reafirma seu território entre as diversas camadas sociais. É disso que se vale o político em sua busca por votos: se conta com sua racionalidade política para cativar os eleitores, e se estes não lhe garantem votos suficientes para sua reeleição, busca articular um campo de convencimento especial entre os religiosos, sem, contudo, ferir a tão exigida dicotomia de posições. Mas, como isso acontece?

Na narrativa que se segue, objetivamos mostrar como se dão as imbricações entre o campo político e religioso, sobretudo por meio da alusão à campanha para reeleição do Vereador Professor Garcia.

O POLÍTICO E O RELIGIOSO NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Este ano de 2004, na Câmara Municipal de Porto Alegre, pudemos perceber bem a face confusa da secularização. Tivemos a votação do Projeto de Lei do Legislativo (PLL nº 437/03) de autoria da Vereadora Margarete Moraes que instituiu o Dia da Visibilidade Lésbica no âmbito do Município de Porto Ale-

gre. Tal proposição visava incluir no Calendário de Eventos Oficiais de Porto Alegre o dia 29 de agosto como símbolo da “*luta pela consolidação efetiva da igualdade e a superação das situações de exclusão das mulheres lésbicas e de todos os segmentos oprimidos e marginalizados*”. A discussão deste PLL era se esse dia seria, ou não, incluído no Calendário de Eventos Oficiais de Porto Alegre.

A proposta foi aprovada⁴ com raros votos negativos, apenas 4 vereadores se opuseram a sua inclusão,⁵ enquanto que, dentre os 7 vereadores que não compareceram a sessão,⁶ temos os dois vereadores-pastores, o que denota uma certa ambivalência em relação ao tema dentre os setores evangélicos. Na época da aprovação deste projeto, na Sessão Ordinária do dia 02 de junho de 2004 da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, muitas foram, segundo informações do assessor de um candidato a vereador ligado ao movimento católico, as manifestações contrárias expressas pelo movimento religioso. Entretanto, isso não constituiu obstáculo para o apoio destes mesmos grupos religiosos a este candidato quando este disputou novamente uma vaga na Câmara Municipal. Lembremos, também, que, conforme este mesmo informante, durante a campanha eleitoral, foram contatados vários grupos religiosos: católicos, evangélicos e afro-religiosos, que, por sua vez, demonstraram seu apoio e simpatia a esta reeleição.

Neste ponto, é interessante notar a importância do papel do político, aqui representado na figura deste vereador que, a partir de suas estratégias, define ações que fazem as ligações e separações necessárias entre o campo religioso e o campo político. Assim, vemos como, em determinado momento, as pressões dos grupos religiosos são plenamente atendidas,⁷ e, em outros,

⁴ Obtendo 22 votos a favor de sua inclusão no Calendário de Eventos Oficiais de Porto Alegre.

⁵ Forameles: João C. Nedel (PP); Pedro A. Leal (PP); Elías Vidal (PTB); e, Juvenal Ferreira (PTB).

⁶ Não estiveram presentes na sessão os vereadores: Dr. Goulart (PDT); Mauro Zacher (PDT); Valdir Caetano (PL); João Antonio Dib (PP); C. Sebenelo (PSDB); Luiz Braz (PSDB); e, Almerindo Filho (PSL).

⁷ Como a inclusão da Festa de São Jorge, realizada anualmente, no domingo subsequente ao dia 23 de abril, pela Igreja São Jorge, situada na avenida Bento Gonçalves nº 2948, no Calendário de Eventos Oficiais de Porto Alegre. Apresentada na época de sua inclusão, como Projeto de Lei do Legislativo nº 081/98, pelo Ver. Carlos Alberto Garcia.

como neste caso citado, elas podem ser contrariadas sem prejuízo do “apoio nas urnas”, usando expressão empregada pelo informante. O que temos aqui é uma possível forma de conciliação, ou seja, a fusão dos interesses políticos e religiosos na figura do agente político, o qual corporifica, também, vivência na medida exata os arranjos que acomodam interesses diversos e tidos como incompatíveis no interior de quaisquer um desses campos em questão.

Destaca-se, outrossim, que deve ser levada em consideração a dependência que determinadas formas de ação política demonstram sob a ação religiosa prévia, como muitas das formas de assistencialismo desenvolvidas em comunidades carentes. Neste caso, a religião oferece o aparato normativizante que “enquadrará” a população da região no modelo de dependência a longo prazo das ações político-assistencialistas, em sua grande parte, de cunho apenas eleitoreiro, não representando mudanças importantes para estas comunidades. Dá-se então uma troca, onde o político oferece seu valor-assistência em troca do valor-voto que a religião pode lhe proporcionar, numa inversão clara de papéis. Mas, se temos uma elite política, talhada para a política e que vive da política, como a religião passou a inserir-se neste meio?

Ora, como exposto ao longo dos trabalhos que compõem o presente volume, observamos que, dentre as mais diversas congregações religiosas, é fácil de se observar nos relatos etnográficos apresentados as nuances destas imbricações entre o político e o religioso, seja ela, direta ou indireta. Deste modo, se entre o Grupo de Vereadores Católicos⁸ e os pastores-veredores⁹ da Igreja Universal do Reino de Deus o campo religioso é acionado constantemente como uma variável importante na busca de votos, entre os can-

⁸ São eles: Ervino Besson, Beto Moesch, Maria Celeste e João Carlos Nedel, além de participações esporádicas do Carlos Alberto Garcia. Ainda nesta direção, observamos que a composição deste grupo e as estratégias utilizadas pelos candidatos que o compõem são melhor exploradas no texto de Antônio J.F. de Lima, Bruno Ribeiro Marques, Jonas de Souza Castilhos e Thais Vanessa Salvador.

⁹ Refiro-me às candidaturas de Valdir Caetano e Almerindo Filho, discutidas por Márcio Santos neste volume.

didatos laicos como Odacir Oliboni¹⁰ e Carlos Alberto Garcia,¹¹ esse mecanismo é acionado de forma indireta, através de sua participação nos eventos religiosos ligados as suas comunidades e bases eleitorais.

E O ANDAR DISTRAÍDO DA POLÍTICA: UMA BUSCA DE RESPOSTAS

Terminadas as eleições, muitas das expectativas da esquerda – de permanência no poder – não se concretizaram. Quem venceu as eleições, José Fogaça ou o anti-petismo. O esperado era que houvesse segundo turno, mas sem esse nosso torcedor/eleitor, isso não seria possível. Não se sabia quem seria o adversário da candidatura de Raul Pont e Maria do Rosário até muito pouco antes das eleições. Hoje, contudo, sabe-se que ele conseguiu canalizar os anseios dos descontentes, dos insatisfeitos, dos anti-petistas, e conduzi-los até as urnas.

E na busca pelo poder, no momento eleitoral, notou-se que vale quase tudo. Deste a movimentação das bases eleitorais nos diversos locais da cidade até a busca de votos e apoios em setores da sociedade até então desconsiderados pela macropolítica dos grandes partidos, como a busca de votos nos setores religiosos.

Enfim, se, por um lado, a política vê o campo religioso como um espaço para expansão de sua base eleitoral, por outro, a religião passa a ter no político um espaço de interlocução e disputa, numa constante busca de reafirmação e construção de seu espaço dentro da esfera pública. Representantes religiosos dos mais diversos credos disputam o voto do eleitor; especialmente católicos e evangélicos buscam demarcar seu território na cena política, seja através da promoção de seus candidatos a vereador, seja pela constituição de grupos religiosos entre os vereadores eleitos.

¹⁰ Expostas no texto de Marcelo Tadvald e Daniel F. de Bem, também neste volume, onde estes tentam mostrar como se dá a apropriação do discurso religioso por parte deste candidato à vereança.

¹¹ Este, atuante principalmente junto à Igreja São Jorge, mas, também, com um bom trânsito entre eleitores e fiéis ligados a outros credos religiosos.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Condicionantes da Consolidação Democrática: Ética, Mídia e Cultura Política*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996. p. 11-40.

BAQUERO, Marcello. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Desafios da Democratização na América Latina: Debates sobre Cultura Política*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 15-30.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. *Ciencias Sociales y Religion*, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p.27-43, out. 2001.

WEBER, Max. *Ciência Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.